

ATA DO 105º CONREP – CONSELHO DE REPRESENTANTES DA FAACO

Aos cinco dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, foi realizada online reunião ordinária do 105º CONREP, através da plataforma MEET, que contou com a participação de presidentes e delegados das associações filiadas (lista anexa). Iniciou o evento, a secretaria Denise Andrade, convidando para compor a mesa diretiva, o Sr. José Aparecido de Souza, presidente da FAACO, o senhor Laerte Alves Setubal, Diretor Administrativo e Denise Andrade, Secretária da FAACO. Considerando a particularidade do Congresso, recepcionou e orientou os participantes (presidentes e delegados) sobre o tempo de utilização e forma de inscrição para manifestação, durante a realização do Congresso. Logo após, passou a palavra ao presidente José Aparecido de Souza, que saudando e dando boas-vindas ao plenário propôs, para os presidentes e delegados, por questão de ordem, que todas as associações participantes, independentemente de sua situação financeira junto à FAACO, tivessem direito a voto, excepcionalmente, no 105º CONREP. Foi colocado em votação e foi aceito por unanimidade. O presidente da FAACO convidou o senhor Laerte Alves Setúbal, diretor administrativo da FAACO, que fez a leitura do edital de convocação para a reunião ordinária do 105º CONREP. O presidente da FAACO explicou que tendo em vista problemas ocorridos com o não desconto de mensalidades via INSS que era feito através da COBAP, as 7 (sete) Associações que utilizavam o referido sistema se viram da noite para o dia sem a arrecadação das mensalidades dos seus associados. Informou que entrou em contato com o POSTALIS para efetuarmos um convênio já existentes com outras entidades. O presidente da FAACO explicou que foi estabelecido um repasse de 10% para a FAACO, e que seria submetido ao CONREP. O senhor Jose Oliberio Alves argumentou que a proposta de 10% para a FAACO, embora diminua o custo para as 07 (sete) associações que usavam a COBAP, aumentaria significativamente para as outras associações. A senhora Ana Maria Federico Paranhos mencionou que o custo do convênio com o POSTALIS, com 10% a mais, seria muito alto para a ARACT-SP, levando-a a repensar a adesão. O senhor Milton Lucas Mendes apresentou 03 (três) sugestões para a minuta do convênio com o POSTALIS: que o POSTALIS avisasse a associação com 90 dias de antecedência (em vez de 10) sobre as autorizações a vencer; que a suspensão do desconto fosse precedida de comunicação à FAACO, que teria 90 dias para regularizar; e que a FAACO ou associação apresentasse as autorizações com 90 dias de antecedência (em vez de 10). O senhor José Oliberio Alves também sugeriu que a validade da autorização fosse de 5 anos, a exemplo da Receita Federal. O senhor Milton Lucas Mendes confirmou que a ACC já havia alterado o prazo de 1 ano para 5 anos em sua minuta. O Senhor

José Aparecido de Souza ressaltou a importância de tentar fechar o convênio com o POSTALIS rapidamente, pois cada nova demanda atrasa o processo. Ele sugeriu que as melhorias (como as propostas por Milton Lucas) fossem negociadas posteriormente, em uma comissão, para não inviabilizar o convênio neste ano, o que prejudicaria as associações com problemas de arrecadação. O presidente da FAACO reiterou que o repasse para a FAACO não deve ser visto como um custo, mas sim como o valor necessário para a FAACO trabalhar para as associações. Informou que o CONREP é soberano para definir o percentual. O senhor Célio Milhomem defendeu que 10% é um valor justo e que quem é maior deve pagar mais, argumentando que as associações que descontavam via COBAP pagavam para aquela instituição 13% e 13% para a FAACO. O Presidente, José Aparecido de Souza propôs uma alternativa para o repasse, começando com 6% em 2026 e aumentando anualmente até atingir 10%. O senhor Waldir Alberto de Souza considerou 10% um valor razoável, dado que antes era 26%. A senhora Vera Regina Ferreira Dias, informou que AGACOR mantêm um convênio de desconto em folha com o Banco do Brasil e usam PIX para quem não tem conta no banco. Reforçou que a AGACOR não firmará convênio com o POSTALIS. O Presidente, esclareceu que o convênio com o POSTALIS não é obrigatório. O senhor Nilson Correa, da UNACOB, levantou a necessidade de bom senso e apoio à sugestão do presidente da FAACO, destacando que não seria viável para associações com contratos com o Banco do Brasil ou que fazem cobrança direta continuarem com a forma atual e pagar mais 10%. O senhor Celio Milhomem defendeu que a taxa de 10% para a FAACO é um consenso, mas sugeriu que a diretoria sistematize uma proposta de convênio com o POSTALIS, possivelmente começando com um percentual menor, conforme as propostas do Presidente Institucional da AAC - Jose Oliberio Alves e do Presidente da FAACO, para que as associações se adequem. Destacou que a decisão final sobre a forma de desconto é do associado, e, é importante oferecer alternativas como a modalidade do POSTALIS. O Presidente - José Aparecido Souza propôs colocar em votação o desconto de 10% para aqueles que se filiarem ao POSTALIS, e o senhor Jose Oliberio Alves reforçou a proposta de que 10% seria descontado para a FAACO, que, por sua vez, pagaria R\$ 1,00 (um real) para cada pessoa com desconto. Foi realizada votação entre os 33 participantes online, onde 5 pessoas não concordaram e 28 concordaram com o desconto de 10% do POSTALIS. O presidente da FAACO convidou o senhor Luiz Antonio Sanches, diretor financeiro para FAACO, que apresentou a proposta de previsão orçamentária para 2026, com dados baseados em 2025, acrescidos da inflação. Destacou que a receita para 2026 é de R\$ 76.000,00 (setenta e seis mil reais) e as despesas estão projetadas em R\$

183.245,00 (cento e oitenta e três mil e duzentos e quarenta e cinco reais), mencionou um saldo de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) em despesas, em relação à previsão de R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais) para 2025, dos quais R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) foram utilizados até outubro. O senhor Jose Oliberio Alves criticou a falta de metas de realização no orçamento e sugeriu que as prioridades da FAACO deveriam ser: a recomposição do patrimônio do POSTALIS, o plano de saúde e as questões como o 1712. Argumentou, também, que as duas primeiras prioridades afetam quase 100% dos associados, e as ações deveriam incluir a manutenção de pessoas em Brasília, estimando os custos para o planejamento estratégico. A senhora Ana Maria Federico Paranhos concordou com senhor Jose Oliberio Alves sobre a necessidade de atuar junto à Postal Saúde e sugeriu que, para não onerar a FAACO, os custos com pessoas em Brasília para atuação política poderiam ser rateados entre as associações. O senhor Jose Oliberio Alves relatou que atua institucionalmente em Brasília, visitando o Congresso e ministérios sem custo para a FAACO e mencionou a criação da Frente Parlamentar em Defesa dos Fundos de Pensão, da qual participou. O senhor Celio Milhomem observou que o orçamento de R\$ 183.245,00 (cento e oitenta e três mil e duzentos e quarenta e cinco reais) não está associado a ações importantes e que o planejamento orçamentário está "muito enxuto". Também questionou a falta de iniciativa da diretoria da FAACO em estabelecer uma sede ou sala em Brasília, conforme previsto estatutariamente, para apoiar as articulações políticas. O presidente da FAACO respondeu a Celio Milhomem, informando que a diretoria trabalhou para registrar o estatuto da FAACO em Brasília, o que custou quase R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e que conseguiram um endereço provisório para este registro. A intenção é trabalhar em um espaço de coworking ou alugar as salas oferecidas pelo senhor Milton Lucas Mendes, mas a inclusão no plano orçamentário depende de mais informações, como a necessidade de reformas. Ressaltou que a FAACO está trabalhando para regularizar a situação junto à Receita Federal para que a sede não conste mais como Paraíba. O presidente da FAACO reconheceu os problemas estruturais e a dificuldade de avançar em algumas áreas devido aos problemas administrativos herdados. Destacou que a arrecadação mensal da FAACO é de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) a R\$ 6.000,00 (seis mil reais) o que torna inviável um trabalho estrutural mais profundo. Mencionou as dificuldades com o POSTALIS e a Postal Saúde, sugerindo a necessidade de apoio jurídico para garantir que a Postal Saúde cumpra o contrato. O senhor Jose Aparecido Souza expressou, ainda, a crença de que a FAACO pode melhorar, especialmente com a mudança da sede para Brasília e a eleição. A senhora Ana Maria Federico Paranhos

sugeriu incluir despesas judiciais no orçamento, que estava zerado, baseando-se em uma média dos últimos 05 (cinco) anos, dada a alta despesa judicial no ano atual. O senhor Luiz Sanches afirmou que o orçamento foi elaborado de forma enxuta, prevendo gastos mínimos em função da arrecadação prevista, e o senhor Alan Sebastião confirmou que o orçamento foi feito com base em atividades mínimas para a FAACO. O senhor Jose Oliberio Alves, mencionando o desgaste de estar frequentemente em eventos relacionados aos Correios e propôs a aprovação do orçamento atual, com a condição de que haja uma revisão no primeiro trimestre do próximo ano. O presidente da FAACO concordou com a inclusão de um adendo para revisar o orçamento no primeiro trimestre do ano seguinte, devido à incerteza sobre as projeções de receita, como o retorno de ex-contribuintes. O senhor Celio Milhomem, atuando como secretário e presidente interino do Conselho Fiscal, deu o parecer do Conselho Fiscal, sugerindo fechar o ponto do orçamento para avançar na pauta. A proposta do senhor Jose Oliberio Alves de aprovar o orçamento, com a condição de revisão no primeiro trimestre do ano que vem, foi aceita, e a votação para aprovar o item foi unânime. O presidente da FAACO propôs continuar a reunião na terça-feira, às 14h30, dia 09/12, para discutir outros itens, incluindo o ENAC. Os presidentes e delegados concordaram com a data e hora. E, assim às 14h30 do dia 09/12 (terça-feira) a reunião foi retomada a partir do ponto onde parou. Iniciando a reunião, o presidente da FAACO agradeceu a participação de todos e apresentou uma sugestão de adendo à proposta previamente aprovada, que envolvia o repasse de 10% para a FAACO e a cobrança de R\$ 1,00 (um real) pelo POSTALIS nas mensalidades dos associados. Sua proposta era manter o convênio como estava, com a cobrança de R\$ 1,00 (um real) pelo POSTALIS por desconto, mas a FAACO, ao receber os dados, faria o repasse de R\$ 1,00 (um real) por desconto para as associações, referente ao custo que elas teriam com o POSTALIS. Isso visava evitar atrasos na assinatura dos convênios em andamento, comprometendo-se a enviar uma proposta de alteração de cobrança no próximo ano. O senhor Jose Olibério Alves, concordou com a proposta do presidente da FAACO e informou que teria uma reunião na PREVIC e com a diretoria do POSTALIS e conversaria sobre os itens propostos na semana anterior, incluindo a questão do repasse. Eles decidiram votar a proposta, com a ressalva de que, se o POSTALIS aceitasse a correção da cláusula no contrato sem atrasos, o trabalho de devolução da FAACO seria evitado, mas, caso contrário, a proposta do presidente da FAACO seria mantida. Foi colocada em votação, e a proposta do presidente da FAACO, foi aprovada por unanimidade. O presidente da FAACO passou a discutir o convênio com a COBAP, mencionando uma reunião em outubro, onde foi

aprovado que as duas primeiras mensalidades descontadas via INSS não seriam repassadas às federações e associações, ficando a COBAP com 100% para fazer frente aos débitos. O presidente da FAACO se manifestou totalmente contra a medida, alegando que o assunto não foi discutido com as 07 (sete) associações cadastradas na confederação para desconto via INSS, e que não havia procuração para concordar com a proposta. Informou que não encontraram contrato do convênio, e perguntou ao conselho se deveriam apresentar cartas solicitando a desvinculação da FAACO junto à COBAP, tendo em vista que uma reunião do CODIR/COBAP estava marcada para 27/01/2026. Expressou preocupação com a decisão da COBAP de reter as 02 (duas) primeiras mensalidades para cobrir dívidas, sem considerar as dificuldades das federações e associações. O senhor Pedro Alcântara Rodrigues questionou a possibilidade de a COBAP cobrar pessoas com base em uma lista de um ano atrás. O presidente da FAACO mencionou que, na reunião, disseram que o desconto continuaria para aqueles que não pediram para sair. O senhor Ronaldo Cidade Matos, da AAPSC, afirmou que o governo cortou qualquer desconto associativo e que a COBAP estaria equivocada em afirmar o retorno. O senhor Nilson Correa, sugeriu que os presidentes das 07 (sete) associações diretamente envolvidas fizessem uma manifestação individual sobre a situação, pois eles tinham uma relação contratual de longa data e seria fácil para os que não tinham vínculo com a COBAP sugerir o cancelamento. O senhor José Olibério Alves concordou com o senhor Nilson de Castro Correa, sugerindo que os participantes avaliassem a situação e que o cancelamento seria soberano se houvesse pelo menos metade das 07 (sete) associações. O presidente da FAACO solicitou uma carta das associações pedindo a desfiliação, e se a maioria das 07 (sete) associações se manifestasse, a FAACO também se desvincularia. Argumentou também que a FAACO não poderia se desvincular se uma associação continuasse filiada, uma vez que o convênio foi feito via FAACO. O senhor José Aparecido de Souza reiterou seu posicionamento contrário à continuidade com a COBAP, mas necessitava do aval das associações. O presidente da FAACO mencionou que a COBAP está com problemas financeiros, vendendo imóveis, e tem uma dívida enorme. Explicou que a COBAP está tentando reter o dinheiro a ser arrecadado para regularizar a situação de associações envolvidas em problemas, com as quais discorda, pois está socializando o prejuízo. O senhor Célio Milhomem, reforçou a falta de interesse em continuar na COBAP, mencionando que a confederação nunca funcionou para os Correios e que havia indícios de irregularidades nos repasses. O presidente da FAACO solicitou que cada associação enviasse uma carta para a FAACO pedindo para se desfiliar, para que ele pudesse fazer um ofício à

COBAP. O presidente FAACO enfatizou que a FAACO está pagando uma anuidade para pertencer à COBAP, o que justifica o desejo de desfiliação se as associações não quiserem continuar. O senhor Celio Milhomem e o senhor Ademir Loureiro consideraram mais prático cada associação fazer o seu ofício. O Presidente da FAACO concordou em estabelecer o prazo de até 10/01/2026 para receber os ofícios das associações. Reforçou também para as associações guardar toda a documentação, pois o problema não estaria resolvido com a saída da COBAP. Iniciada a votação para permanência ou não com a COBAP. O cancelamento do convênio com a COBAP foi aprovado por unanimidade. O presidente da FAACO introduziu a necessidade de decidir o valor das mensalidades para aqueles que não utilizam o sistema com o POSTALIS, já que para o POSTALIS o valor foi fixado em 10%. Explicou que a FAACO cobrirá R\$ 1,00, (um real) o que representa 3,2% dos 10%, ficando a FAACO com 6,8%. O desafio para as associações que não utilizam o POSTALIS é que elas emitem boleto e pagam por ele, então o objetivo é ser justo na cobrança, passando a palavra para o senhor Luiz Sanches. O senhor Luiz Sanches apresentou um levantamento corrigindo o fator de R\$ 1,20 pela inflação do período, chegando a R\$ 1,67, e propôs o arredondamento para R\$ 1,70. Propôs também alterações na tabela de valor fixo com base no número de associados: até 150 associados, R\$ 100,00; até 300 associados, R\$ 300,00; e acima de 301 associados, R\$ 500,00. O senhor Luiz Sanches mencionou que esta proposta resultaria em uma contribuição de cerca de 8% e que a análise não é "muito fidedigna" devido à falta de informação de algumas associações sobre faturamento e número de associados. O senhor Jose Oliberio Alves buscou esclarecimento sobre se o valor fixo proposto por Senhor Luiz Sanches inclui todos os associados, independentemente de estarem no POSTALIS ou não. Sugeriu a aprovação de 7% para arrecadações que forem extra-Postal, facilitando o cálculo, visto que 10% menos 3,2% (pago pela FAACO) resulta em 6,8%. O senhor Pedro Alcântara Rodrigues apoiou o modelo de percentual, argumentando que a taxa fixa baseada na quantidade de associados (R\$ 100,00, R\$150,00 e R\$500,00) é problemática, pois a contagem é difícil de conferir, e que o percentual não permite fugir da cobrança. Defendeu que o repasse para a FAACO deveria ser o mesmo percentual que é descontado via POSTALIS, cerca de 6,8% ou 7%. O presidente da FAACO e o senhor Luiz Sanches defenderam a proposta, indicando que o índice proposto é igual para todos. Lembrou que não houve reajuste desde 2020, o que representa uma defasagem de 40% devido à inflação. A senhora Carmen Lucia discordou do valor fixo, argumentando que, para quem paga R\$ 100,00 não houve reajuste. O senhor Jose Aparecido Souza, explicou que o valor fixo de R\$ 100,00 para até

150 associados não foi reajustado para não penalizar associações menores (com cerca de 80 associados ou menos), muitas das quais perderam associados. Esclareceu que a intenção da proposta é chegar a 7% ou 8%, evitando o patamar de 10% para essas associações. A senhora Carmen Lucia reiterou que ARACT/SP pagaria quase R\$ 2.000,00 para a FAACO se migrasse parte para o POSTALIS e mantivesse o pagamento direto para a FAACO, em comparação com os R\$ 900,00 que paga hoje. O senhor Luiz Sanches corrigiu que a porcentagem do POSTALIS é de 6,8%, não 10%, pois a FAACO devolverá R\$ 1,00 por associado. O senhor Jose Oliberio Alves, o senhor Ademir Loureiro e o senhor Milton Lucas Mendes reiteraram o apoio à adoção de um percentual (sugerindo 7% ou 6,8%) sobre a arrecadação líquida, eliminando a tabela de valor fixo. O senhor Luiz Sanches ponderou que, embora o percentual seja mais simples, qualquer valor abaixo de 10% (como 7%) pode refletir em subsídios futuros devido à dificuldade de manter a FAACO nos mesmos moldes, dada a inflação acumulada. O Senhor Manoel Netto propôs fechar a taxa em 7% e fazer ajustes conforme necessário, concordando com a importância de sustentar a FAACO. O presidente da FAACO sugeriu uma proposta de 7% da arrecadação líquida ou no mínimo pagamento de R\$ 100,00 por mês para a FAACO, mesmo que a associação não tivesse arrecadação. E esclareceu que o valor líquido seria após a dedução das taxas de PIX ou boleto. Colocada proposta em votação: no mínimo R\$ 100,00 de contribuição e 7% do valor líquido das mensalidades dos associados. A proposta foi aprovada por unanimidade. O presidente da FAACO confirmou que o restante da tabela anterior foi eliminado, mantendo apenas os 7% sobre o valor líquido e o mínimo de R\$ 100,00. Com início a partir de janeiro de 2026. O presidente da FAACO a informou que a arrecadação da FAACO havia caído significativamente e que o ENAC agendado para maio de 2026, em Natal/RN, custaria quase R\$ 100.000,00 (cem mil reais) à FAACO. Propôs postergar o ENAC para o final do ano de 2026, junto com o processo eleitoral, para reduzir as despesas pela metade. Mencionou também a necessidade de desembolsar cerca de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) para o hotel em maio, caso o evento fosse mantido. O senhor Ademir Loureiro demonstrou compreender a preocupação financeira da FAACO e sugeriu um meio-termo, propondo que o congresso fosse realizado em agosto ou setembro, em vez de novembro, para evitar um período de alta temporada e de muita militância política. Ele também mencionou que a eleição e o congresso poderiam ser realizados juntos em setembro. O presidente da FAACO observou que adiar o evento também ajudaria as associações em situação crítica. O senhor Ademir Loureiro destacou que nem todas as associações tinham condições de participar do ENAC. O

senhor Manuel Netto mencionou que setembro ainda pode ter chuva na época e que feriadões elevam os custos. O senhor Milton Lucas Mendes, do Conselho Fiscal, perguntou se já havia alguma despesa contratada para o ENAC de maio. O senhor Jose Aparecido Souza confirmou que não havia nada assinado, mas que precisaria adiantar 30% do valor para o hotel caso a decisão fosse manter maio. O senhor Jose Oliberio Alves e o senhor Celio Milhomem defenderam novembro como a data ideal. O senhor Jose Oliberio Alves argumentou que maio tinha sido escolhido originalmente por ser fora de temporada, mas que setembro seria problemático devido à campanha eleitoral para deputados e presidente. Considerou novembro mais interessante e viável para a realização de uma eleição presencial. O senhor Celio Milhomem também considerou novembro mais adequado, por ser mês de baixa temporada em relação a custos de passagens e por haver uma conjuntura política definida após a eleição presidencial. O senhor Ademir Loureiro defendeu setembro, pois, por ser um mês antes das eleições, um documento elaborado no congresso em defesa dos 1712 teria maior peso político se entregue aos candidatos. O senhor Jose Oliberio Alves contestou, argumentando que setembro seria um mês de intensa campanha, onde os congressistas estariam em seus estados. Iniciada a votação para decidir a data do ENAC entre maio, setembro, outubro e novembro, conforme sugerido pelo presidente da FAACO e o senhor Jose Oliberio Alves, que propôs segundo turno caso não houvesse maioria absoluta. A votação resultou em 13 votos para novembro, 4 para setembro, 2 para outubro e 1 para maio, definindo novembro como a data majoritária para o ENAC 2026. O presidente da FAACO informou que irá propor ao conselho fiscal anistiar os débitos das associações que não arrecadaram em meses anteriores (até outubro), devido a problemas financeiros e à baixa arrecadação. O objetivo seria trazer essas associações de volta e aumentar a representatividade. O senhor Celio Milhomem e o senhor Manoel Netto concordaram com a necessidade de analisar caso a caso, sugerindo que associações com condições deveriam pagar. O presidente da FAACO introduziu a ideia de um sorteio para quem se filiar a uma das associações. O senhor Jose Oliberio Alves sugeriu que as associações ofereçam brindes para quem trouxer novos associados, mencionando a concorrência da ADCAP e a evasão de membros, principalmente aposentados. Ele também propôs duas ações políticas e uma judicial, responsabilizando o governo (PREVIC) e a patrocinadora pelo rombo no POSTALIS, citando a ANIPP como exemplo de uma associação que surgiu com esse propósito. Argumentou também que a responsabilidade do governo e da patrocinadora justificaria uma ação judicial, que poderia atrair um grande número de associados se a FAACO, junto com as associações, contratasse um

grande escritório para isso. O senhor Oscar Nunes da Silva considerou que o caminho mais promissor para aumentar o número de associados seria a derrubada do voto e trazer o pessoal do 1712 para se associar. O presidente da FAACO agradeceu a paciência e a tolerância dos participantes, pediu desculpas por suas falhas e reiterou que procura dar o melhor de si com respeito e dignidade. Mencionou o próximo processo eleitoral para melhorar a diretoria no ano seguinte e desejou um Natal cheio de paz e harmonia, além de um Ano Novo com esperança. Sem mais nada a declarar, eu, Laerte Alves Setúbal, Diretor Administrativo e Secretário da mesa diretiva, encerro a presente ata.

Laerte Alves Setubal

Diretor Administrativo

José Aparecido de Souza

Presidente

RELAÇÃO DE PARTICIPANTES 105º CONREP

NOME	ASSOCIAÇÃO
ADEMIR ANTONIO LOUREIRO	ACEGO - GO
ALAM SEBASTIAO DE JESUS	ACEGO - GO
ANA MARIA FEDERICO PARANHOS	ARACT - SP
ANTONIO PEDRO DA SILVA	AMAAPAC - MG
CARLOS ALBERTO DE ARAUJO	AJACOR - MG
CARLOS ALBERTO FERREIRA	ABAICT- BA
CARMEN LUCIA BASSALO	ARACT - SP
CÉLIO MILHOMEM DE SOUSA	APOSENCAP - PA
CLEONICE LAGOA TAVARES	AAC -DF
ELIONILDA LEITE DE OLIVEIRA	AAAC - AL
FRANCISCA EDILEUZA MARTINS FONTELES	ACEACO - CE
FRANCISCO ORLANDO RIBEIRO FRAGOSO	AGACOR - RS
JAYME ARANHA CHACON JUNIOR	AAMACO - AM
JOSÉ APARECIDO DE SOUZA	FAACO
JOSE OLÍBÉRIO ALVES	AAC-DF
LAERTE ALVES SETUBAL	AAPSC - SC
LUIZ ANTONIO SANCHES	FAACO
LUIZA MENDES COUTINHO RODRIGUES	AAAC - AL
MANOEL INACIO DOS SANTOS NETO	APAPC - PB
MARIA CRISTINA ROSA	UNAICT - RJ
MAURO JOSE DA SILVA	ANAPAC - RN
MILTON BIANCONI	UNACOB - SP
MILTON LUCAS MENDES	AAC -DF
NILSON DE CASTRO CORREA	UNACOB - SP
OSCAR NUNES DA SILVA	AGACOR - RS
OTACILIO JEREMIAS FERNANDES	ANAPAC - RN
PAULO ARLINDO MAGALHAES	AMAAPAC - MG
PAULO ROBERTO MOREIRA GURGEL	ACEACO - CE
PEDRO ALCÂNTARA RODRIGUES	AAPSC - SC
RONALDO CIDADE MATOS	AAPSC - SC
RONALDO EVANGELISTA TEIXEIRA	AAMACO - AM
SANDRA REGINA TEIXEIRA FIORDOLIVA	ARACT - SP
VERA REGINA FERREIRA DIAS	AGACOR - RS
WALDIR ALBERTO DE SOUZA	ABAICT- BA